



### TESOURO NACIONAL REVISAR PLANO ANUAL DE FINANCIAMENTO 2016

O Tesouro Nacional anuncia a revisão dos limites de referência definidos em seu Plano Anual de Financiamento – PAF 2016 para os seguintes indicadores da composição da Dívida Pública Federal – DPF:

- a) Percentual de títulos prefixados;
- b) Percentual de títulos flutuantes;

Os novos valores de referência encontram-se na tabela a seguir:

#### Limites para a DPF em 2016

Indicadores	2015	Limites para 2016		Revisão do PAF 2016	
		Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
<b>Estoque (R\$ bilhões)</b>					
DPF	2.793,0	3.100,0	3.300,0	3.100,0	3.300,0
<b>Composição (%)</b>					
Prefixados	39,4	31,0	35,0	33,0	37,0
Índices de Preços	32,5	29,0	33,0	29,0	33,0
Taxa Flutuante	22,8	30,0	34,0	27,0	31,0
Câmbio	5,3	3,0	7,0	3,0	7,0
<b>Estrutura de vencimentos</b>					
% Vencendo em 12 meses	21,6	16,0	19,0	16,0	19,0
Prazo Médio (anos)	4,6	4,5	4,7	4,5	4,7

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

A evolução dos indicadores da Dívida Pública Federal – DPF à luz dos limites de referência do PAF é item de monitoramento permanente, quando da execução da estratégia de financiamento ao longo do ano, com o objetivo de identificar a eventual necessidade de ajustes dos intervalos indicativos publicados naquele documento.

A alteração dos limites de referência resulta da evolução das condições de demanda pelos títulos públicos ao longo do ano, com destaque para o cenário favorável às emissões de prefixados (LTN e NTN-F), acompanhado de menores colocações de LFT. O ajuste na estratégia de emissões reflete principalmente na composição da DPF.

As diretrizes gerais da administração da Dívida Pública Federal, tais como expressas no PAF 2016, continuarão a nortear as ações do Tesouro Nacional. Nesse sentido, a instituição manterá sua estratégia

de longo prazo de aumentar a participação das dívidas prefixada e remunerada por índices de preços, bem como de reduzir a parcela indexada à taxa Selic. Além disso, a gestão da dívida continuará a buscar o alongamento do prazo médio e a diminuição da parcela que vence em 12 meses.

Na execução desse plano, o Tesouro Nacional seguirá observando sempre as condições de mercado em cada momento, visando alcançar um balanço adequado entre custos e riscos para a DPF.